

Desconstitucionalização

Florestan Fernandes

Desconstruir é um termo em moda. De fato, poucos falam abertamente, no reino da política, que querem desconstruir. O governo atual, talvez porque se escora na espada e obedece a um cronograma político-militar, nem sempre esconde suas intenções e seus objetivos. O parlamento, por ser um poder desarmado e malquerido, está colocado em uma área na qual as ameaças e as práticas desconstrutoras do governo muitas vezes aparecem de maneira explícita. Antes da promulgação da Constituição, o governo já recorreu a um autêntico passamoleque.

Antecipou-se a medidas nevrálgicas e autodefensivas, estarreceu a nação com o "desmonte", nomeações que se tornariam proibidas, troca de prestações com os comensais do regime, através da concessão de canais de televisão e de estações de rádio, a transferência de serviços para a órbita do palácio (inclusive do SNI), e por aí afora. Se o Congresso possuísse maior auto-suficiência, responderia taca a taca. No conjunto, acomodou-se e o governo avançou de modo grave no descumprimento de futuras determinações já conhecidas, sem provocar um conflito de poderes insanável. Fez tudo com a maior cara de pau e naturalidade, protegido pela presença salvadora da tutela militar. Por sua composição conservadora, a Constituinte engoliu a pílula amarga, o conflito não se deu e o governo ganhou a certeza de que o Congresso se mantinha como um poder domesticado, que ele poderia vergar à sua vontade.

É interessante a retórica parlamentar, sob esse aspecto. Em seu famoso discurso na promulgação da Constituição, o presidente da ANC não tocou no assunto, essencial para a reconstrução da sociedade civil, a implantação da democracia e a eficácia legal e política da própria Constituição. Na realidade, absolveu o governo com seu discurso exaltado, como se a desconstrução prévia dos requisitos da aplicação e da observância estrita das disposições constitucionais fosse irrelevante para os constituintes, mesmo em seu último ato coletivo. O governo sabe que voa em céu de brigadeiro e que pode manejar o arbítrio segundo o modelo despótico legado pela República e pela recente ditadura militar, sem ter pela frente os riscos de um *impeachment*. Está levando avante suas incessantes experimentações desconstrutoras, refinando-as e aprofundando-as. O Brasil e a Constituição que se darem! "O poder é nosso. Cabe-nos ditar como ele deve ser aplicado!"

Os eruditos estão empenhados em uma discussão acadêmica, parida por "brazilianists" bem-humorados. O Brasil penetrou na era da industrialização maciça e da internacionalização do modo da produção capitalista, atravessando antes um processo prolongado e profundo de modernização por via conservadora. São ecos das interpretações de Edward Shils, localizadas em nosso contexto histórico. Trata-se de uma mistificação interpretativa, que omite o essencial: o caráter do imperialismo intrínseco ao capitalismo monopolista da era atual. A internacionalização da economia pressupõe que as

"burguesias nativas" e a "comunidade internacional de negócios" caminhem juntas.

A modernização conseqüente possui uma dialética própria, específica; os conservadores "nativos", civis e militares, utilizam meios autocráticos, pelos quais se criam as condições da modernização dirigida de fora, à distância. Por conseguinte, como dizia Shils, autocratas e oligarcas tanto podem impedir a mudança quanto podem colaborar com os "modernizadores" e estar uma "modernização conservadora", de cima para baixo. O que o Brasil precisa, hoje, é fugir dessa forma de partilha do mundo e de preservação das fronteiras da "civilização ocidental": O processo terá de ir, naturalmente, da sociedade civil para a cultura e o Estado. O drama brasileiro consiste em que a fermentação no interior da sociedade civil se avolumou há pouco tempo, há menos de meio século, e não converteu a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática em alvos centrais para grandes massas "incultas" e subalternas. Elas servem de pretexto para a estigmatização da luta de classes dos oprimidos e para a proscrição do socialismo revolucionário.

Agora, temos de ganhar o terreno perdido, defrontando-nos com dificuldades. Se o parlamento, posto em questão, se omite na defesa enérgica da Constituição, a resistência contra a sabotagem constitucional do governo e das classes dominantes tem de vir da sociedade civil. Por mais que esta desame a presente Constituição, as entidades orgânicas, que se notabilizaram no combate à ditadura, precisam desencadear uma ação pedagógica coletiva para que a Constituição seja obedecida, principalmente pelo governo, pelo judiciário e pelas elites no poder.

De outro lado, os cidadãos comuns devem fazer comparações: o que é melhor, o *statu quo* ou as transformações acolhidas pelo texto constitucional? Manteremos um despota sem coroa e um vetor militar no comando da nação? Será possível introduzir as alterações endossadas pela Constituição sem aumentar e acelerar a luta de classes de baixo para cima, sem conferir maior amplitude às atividades decididas pelos sindicatos e confederações, sem erguer o espaço político necessário à observância dos novos direitos individuais e coletivos, sem resguardar os poucos direitos sociais conquistados, sem pôr um cabresto no arbítrio e nos hábitos dos três poderes etc.?

Em suma, defender a Constituição, implica transformar concomitantemente a sociedade civil. Impõe-se engendrar o que Norberto Bobbio designou precisamente como "sociedade civil civilizada". A paralisia do Congresso não pode nem deve repetir-se no âmbito da sociedade civil e da luta de classes. Caso contrário, a Constituição nascerá como algo morto ou sem alma, e os de cima, por sua conta ou através do Estado, continuarão a pisotear os de baixo e a impedir a modernização como conquista interna. O freio à prepotência do governo só emergirá da sociedade civil. Essa reação construtiva passa, primeiro, pela observância do texto constitucional e, em seguida, pelo fortalecimento da iniciativa e do poder populares, dos quais brotará a exigência de uma Constituição viva, mais avançada, realista e democrática do que aparenta ser.